

**RE no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.532.741 - ES (2015/0117053-6)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**RECORRIDO : FABRICA DE ESQUADRIAS GUANABARA LTDA - ME**  
**ADVOGADOS : GILBERTO JOSÉ DE SANT'ANNA JÚNIOR E OUTRO(S) -**  
**ES008886**  
**CHARLIS ADRIANI PAGANI - ES008912**  
**INTERES. : MAURO DA SILVA RONDON**  
**INTERES. : JORGE ALBERTO ANDERS**

**DESPACHO**

Trata-se de recurso extraordinário, interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Primeira Turma deste Superior Tribunal de Justiça, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE RESSARCIMENTO DE DANO AO ERÁRIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA.

1. O Plenário do STJ decidiu que 'aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça' (Enunciado Administrativo n. 2).

2. Conforme entendimento pacificado nesta Corte, a pretensão de ressarcimento de danos ao erário, não decorrente de ato de improbidade, prescreve em cinco anos.

3. A 'imprescritibilidade da ação de ressarcimento do dano depende do reconhecimento do ato de improbidade que o originou, em ação própria. Inexistindo tal declaração do caráter de improbidade administrativa do ilícito causador do dano, a prescrição incidirá conforme as regras ordinárias relativas à matéria, qual seja, o Decreto 20.910/1932 (prescrição quinquenal).' (AgInt no REsp 1.517.438/PR, rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, Primeira Turma, DJe 24/04/2018).

4. Agravo interno desprovido". (fls. 918/923)

Nas razões de seu recurso extraordinário (fls. 930/943), o recorrente alega a existência de repercussão geral da questão tratada e aduz que o acórdão recorrido violou o artigo 37, § 5º, da Constituição Federal, porquanto a seu ver, em razão dos atos praticados pela empresa recorrida serem dolosos, é imprescritível a pretensão de ressarcimento em decorrência de ato de improbidade administrativa. No ponto, acrescenta ser "imprescindível a análise da questão sob a ótica da existência ou não de ato doloso".

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 953/1.024.

O recurso extraordinário foi inadmitido às fls. 1.126/1.128, por ausência de prequestionamento da matéria.

O Ministério Público Capixaba aviou Agravo em Recurso Extraordinário, o qual foi encaminhado ao Supremo Tribunal Federal. (fls. 1.133/1.140 e 1.151)

No STF, o Presidente daquela Corte determinou o retorno dos autos a este Tribunal para aplicação dos Temas 339 e 897, ambos da Repercussão geral do STF. (fls. 1.158/1.160)

**É o resumo dos autos.**

Em cumprimento à determinação da Excelsa Corte, nota-se que a decisão monocrática proferida no STJ, depois referendada pela Turma Julgadora, deu provimento ao recurso especial da empresa, para reconhecer a prescrição da ação civil pública de ressarcimento de danos aviada pelo Ministério Público Estadual contra a ora recorrida.

Todavia, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 852.475 RG/SP, sob a sistemática da repercussão geral, firmou a tese de que **"São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa"**. (Tema 897/STF)

Confira-se, por oportuno, a ementa do aludido aresto:

DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. IMPRESCRITIBILIDADE. SENTIDO E ALCANCE DO ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO.

1. A prescrição é instituto que milita em favor da estabilização das relações sociais.

2. Há, no entanto, uma série de exceções explícitas no texto constitucional, como a prática dos crimes de racismo (art. 5º, XLII, CRFB) e da ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático (art. 5º, XLIV, CRFB).

3. O texto constitucional é expresso (art. 37, § 5º, CRFB) ao prever que a lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos na esfera cível ou penal, aqui entendidas em sentido amplo, que gerem prejuízo ao erário e sejam praticados por qualquer agente.

4. A Constituição, no mesmo dispositivo (art. 37, § 5º, CRFB) decota de tal comando para o Legislador as ações cíveis de ressarcimento ao erário, tornando-as, assim, imprescritíveis.

5. São, portanto, imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.

6. Parcial provimento do recurso extraordinário para (i) afastar a prescrição da sanção de ressarcimento e (ii) determinar que o tribunal recorrido, superada a preliminar de mérito pela imprescritibilidade das ações de ressarcimento por improbidade administrativa, aprecie o mérito apenas quanto à pretensão de ressarcimento.

(RE 852.475, Relator para Acórdão(a): Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 8/8/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJE-DIVULG 22-03-2019 PUBLIC 25-03-2019)

Assim, verifica-se que o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, em princípio, destoa da manifestação exarada pelo Supremo Tribunal Federal em regime de repercussão geral (Tema 897/STF), sendo hipótese, portanto, do encaminhamento dos autos à Turma para que, caso assim entenda, exerça eventual juízo de retratação.

Ante o exposto, **encaminhem-se os autos à Turma julgadora para eventual juízo de retratação**, nos termos do artigo 1.030, inciso II, do Código de Processo Civil.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Intimem-se

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Vice-Presidente